

Notas à margem sobre o livro

As Voltas Que o Mundo Dá...Reflexões a propósito das aventuras e desventuras do Estado Social de

António Avelãs Nunes

Edições Avante, 2010

1. O pensamento do Prof. António Avelãs Nunes é conhecido e, no essencial, este livro dele não se afasta. Aprofundando um artigo publicado em 2009 no Brasil (“Aventuras e Desventuras do Estado Social”), Avelãs Nunes retoma tópicos enunciados ou desenvolvidos em estudos anteriores para avançar com a tese principal do livro, saudavelmente polémica: o Estado capitalista assumiu ao longo do tempo várias formas em função de alterações nas estruturas socioeconómicas (o que é reconhecido por muitos), tendo essas formas sido acompanhadas de mudanças no movimento social-democrata e socialista europeu (II Internacional) que se transformou progressivamente de defensor de uma alternativa ao capitalismo em *gestor leal desse mesmo capitalismo* (p. 164). De forma lapidar, segundo o Autor, para o “*socialismo moderno*, o mercado tudo resolve” (p. 168). Trataremos aqui de efetuar uma síntese, naturalmente empobrecedora do texto, e de abrir pistas para uma discussão de um fascinante tema.

2. O livro está dividido em quatro partes.

Na primeira (O estado capitalista: do estado de direito liberal ao estado fascista), o Autor analisa as raízes do Estado burguês, tomando como paradigma o Estado francês e a revolução que lhe deu origem, a *revolução burguesa exemplar*. Este novo estado não iludia a sua natureza de estado de classe (um estado ao serviço dos proprietários), assim sendo visto pelos fisiocratas (defensores de um liberalismo económico coroado por um despotismo esclarecido) e, na esteira de Locke, pelo próprio Adam Smith que não hesita em afirmar, referindo-se ao Estado liberal, que “*o governo é instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres*”.

A concepção liberal assenta na separação entre estado (poder político) e economia, devendo o estado (o estado guarda-noturno) configurar-se como estado mínimo. Este estado comandado pelos interesses da burguesia era de facto uma *ditadura da burguesia*, defensor da ordem capitalista. O direito fundamental é o *direito de propriedade*, fundamento da liberdade e da cidadania: só o proprietário é verdadeiro cidadão (ativo). A *sociedade* era concebida como mero somatório de indivíduos isolados (atomismo), sendo o *contrato* a forma de interação entre os indivíduos. O direito civil napoleónico era a expressão mais acabada de um direito de classe

O *direito social* surge como solução de compromisso para manter a paz social (não necessariamente um compromisso baseado num equilíbrio de forças) quando se tornou claro que o pressuposto da separação entre estado e sociedade/ economia havia falhado. No *estado social* (designação ideológica que teria em vista anestesiar as classes não capitalistas) a mão visível do direito começava a substituir a mão invisível da economia. Sobretudo depois da Constituição de Weimar e do New Deal, este estado irá assumir-se como estado económico (empresário, prestador de serviços, redistribuidor do rendimento, estado de bem-estar). Mas estado social é uma fórmula ambígua. Dele irão reclamar-se quer os estados providência de estrutura democrática, quer os estados fascistas, corporativos, antiliberais, antissocialistas e antidemocráticos, que se inspiram no modelo conservador do estado *bismarckiano*, mas impondo agora “uma forma extrema da ditadura do grande capital monopolista” (pp. 69-70).

3. A segunda parte recupera o tema, já tratado pelo Autor em 1991, da substituição da “revolução keynesiana” à “contrarrevolução monetarista” .

O capitalismo surge como a “civilização das desigualdades”, legitimadas como naturais (e, portanto, justas) pela economia política burguesa, apesar da proclamação das declarações de direitos de que todos os homens são livres e iguais perante a lei. O consumidor é apresentado como soberano e a riqueza como

um plebiscito dos consumidores. O mercado, onde todos consomem (“votam”) surge assim como a base do governo democrático da economia.

Num quadro dominado pela crise de 1929, Keynes vem proclamar o “fim do *laisser-faire*”. Ele critica a lei de Say e rejeita o mito do equilíbrio espontâneo da economia. Vê dois “vícios” decorrentes do ideário liberal que deveriam ser corrigidos: a existência de desemprego involuntário (forçado, não natural) e a arbitrariedade e iniquidade na repartição da riqueza e do rendimento. A intervenção (reformista) do estado justificava-se precisamente para a correção destes vícios na busca de uma maior justiça social. Esta intervenção visava salvar o capitalismo dele próprio. Keynes nunca pretendeu acabar com “o regime do salariedade e com a relação de exploração que lhe é inerente” (p. 84).

O Autor analisa em seguida as transformações das economias capitalistas e das funções económicas dos Estados nos períodos pós Grande Depressão de 1929 e pós 2ª Guerra mundial, em particular as nacionalizações e a planificação pública, criticando as teorias, correntes nessa época, que falavam da convergência dos sistemas (por ex. Tinbergen), do capitalismo popular (democratização do capital), da revolução dos *managers* (Berle e Means), da tecnoestrutura (Galbraith), da sociedade industrial (Aron, Marcuse, Dahrendorf, Friedmann) vistas pelo Autor como ideologias que pretendiam mostrar que o novo capitalismo havia sido objecto de transformações tais que já não seria “algo de oposto ou de diferente em relação ao socialismo”.

É este o contexto em que ocorreria a conversão do socialismo democrático a este “novo” capitalismo, localizando o Autor essa mudança no Congresso do Partido Social Democrata Alemão em 1959 (*Bad Godesberg*). Aí deixava de se fazer qualquer referência a nacionalizações e se proclamava que a propriedade privada merecia a proteção da sociedade. Ou seja, abandonava-se qualquer projeto de construção do socialismo, mesmo por via reformista. A social-democracia aproximava-se pois do liberalismo social.

4. Na 3ª parte, intitulada *o triunfo do neoliberalismo*, o Autor dá conta que a seguir aos “trinta anos gloriosos” (1945-75), o capitalismo gerou um fenómeno novo, o da estagflação. No início da década de 70, Nixon rompe com o acordo de Bretton Woods, é adoptado um sistema de câmbios flutuantes e inicia-se a ascensão do monetarismo que recupera a lei de Say e a tese de que o desemprego é sempre voluntário. A inflação torna-se “o inimigo público número um”. O objectivo político por excelência passaria a ser a garantia da estabilidade dos preços. Os sindicatos (e o poder monopolista que detêm) são vistos como responsáveis pelo desemprego. Os sistemas públicos de segurança social são estigmatizados. A intervenção do Estado na economia é “o caminho da servidão” (Hayek), louvando-se “a economia de mercado livre”. Ora, defende o Autor, “o que é preocupante é ver como, na Europa, os governos liderados por partidos socialistas e sociais-democratas vêm renegando mesmo os objectivos e as soluções da “revolução keynesiana” (que nunca pretendeu construir um qualquer socialismo), adoptando a cartilha neoliberal, em vários planos (...)”, como ocorre com a construção europeia, em particular depois do Ato Único (1986) e a adesão às chamadas políticas de reformas estruturais decorrentes do Consenso de Washington.

5. A quarta parte (*A Europa neoliberal e os seus criadores*) visa precisamente demonstrar a tese da conversão da social-democracia ao ideário neoliberal cujo principal expoente (mas não o único) seria o governo de Blair. O Autor é particularmente crítico das limitações introduzidas ao papel do Estado, visto agora como Estado regulador (por intermédio de autoridades administrativas autónomas) e garantidor da prestação (por terceiros) de serviços públicos. Este seria, no fundo, o Estado liberal dos nossos dias. O Tratado de Maastricht (baseado no ideário monetarista e funcionando como se fosse uma constituição dirigente) reforça esta tendência, entrando “em rota de colisão com qualquer projeto de *Europa social*”. O parágrafo 3.º do artigo 153.º do atual Tratado (TFUE) representa, aliás, a confissão da miragem de uma Europa social. A forma como são tratadas a propriedade pública e

os serviços públicos mostra que a Europa substituiu a política pelo mercado. A forma como a Europa levou a cabo a liberdade de circulação de capitais a partir de 1994 criou condições para a expansão do capitalismo de casino (Strange).

A atual crise não pode assim ser compreendida sem que este enquadramento seja tido em conta. Por isso, uma das teses centrais do Autor é que (posto o socialismo na gaveta) a Europa passou a ser o desígnio de “uma esquerda sem projeto nem reflexão”.

6. O livro de Avelãs Nunes tem o imenso mérito de procurar acender uma discussão teórica e ideológica sobre as metamorfoses do capitalismo, os fundamentos do Estado Social, a construção europeia e o papel da social-democracia.

É um texto de convicções fortes, um texto que toma partido, escrito por alguém que acredita que “o sonho comanda a vida” e “a utopia ajuda a fazer o caminho”. Por alguém que parte do pressuposto que o “progresso científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia marxista” e que a libertação do homem apenas exigiria que o desenvolvimento das forças produtivas (homem incluído) fosse acompanhado de novas relações sociais de produção.

É nossa convicção que nestas matérias deve haver um esforço de objetividade, mas, por a neutralidade ser impossível, nunca a subjetividade será completamente arredada. Um texto (estas notas também) comporta sempre uma orientação ideológica que pode e deve ser objeto de discussão. E é neste plano que algumas interrogações se suscitam. Apenas a título de exemplo:

A análise do Autor é, em meu entender, tributária de uma certa leitura do marxismo, aquela que normalmente comumente se designa por *socialismo científico*. No entanto, o Autor não hesita em reconhecer a existência de uma “utopia marxista”. O lado mais perene da obra de Marx não está, segundo penso, na sua “utopia” (que evoca um certo milenarismo), mas na análise crítica do capital, na análise política do período pós-Revolução francesa, na crítica filosófica do hegelianismo, etc.

O Autor aceita (de forma algo acrítica) que chegou a existir uma “comunidade socialista” (p. 95) formada por “países que *apostaram* na construção do socialismo” (p. 108). Mas simultaneamente refere que o problema dos sistemas económicos não é uma questão de escolha, antes depende do processo histórico de evolução dos modos de produção (p.107). Recordo, a propósito, que em Marx o socialismo não é um modo de produção distinto, mas surge como uma forma de transição para o comunismo, o reino da liberdade onde o Estado e o Direito, por se tornarem inúteis, desapareceriam. Recordo ainda que em Lenine o socialismo seria a conjugação dos sovietes com a eletricidade, isto é, uma forma política alternativa à ditadura burguesa acompanhada e potenciada pelo desenvolvimento científico, mas sempre uma forma de transição. E essa fase de transição implicou mesmo historicamente a NEP que recuperou, de algum modo, a propriedade privada, o mercado e esse instrumento liberal por excelência que são os impostos. Ora o Autor, para caracterizar o socialismo, acaba curiosamente por recorrer a autores não marxistas (Teixeira Ribeiro e A. C. Pigou), autores que, segundo me parece, constroem um conceito tipológico a partir das características apresentadas pelas experiências de socialismo real.

Hoje a “comunidade socialista” implodiu e seria importante analisar, de um ponto de vista objetivo, porquê. As explicações vulgares (como a traição de dirigentes) não convencem quem pretenda uma análise mais rigorosa. Como seria importante analisar se estávamos perante uma verdadeira “comunidade” (o que aconteceu depois da queda do muro de Berlim não abona em favor dessa tese) e se o “socialismo real” mais não era que uma técnica de arranque para o crescimento económico (*take-off*) de países atrasados que, nos seus fundamentos, reproduzia o mesmo modelo de crescimento capitalista, com problemas idênticos nos planos ambiental e do desenvolvimento sustentável. Como igualmente importaria analisar se o período estalinista não contribuiu mais para o descrédito da ideia de socialismo que as derivas e contradições da social-democracia. A meu ver, impõe-se, pois, um balanço global dos movimentos socialista e

comunista, única forma de criar pontes entre culturas políticas hoje distantes e que persistem em degladiar-se. Em tempos críticos, é bom não esquecer que a ascensão do nazismo fez desse desencontro uma das suas alavancas.

7. Não nego que o marxismo é (continua a ser) uma poderosa ferramenta de análise (a título de curiosidade, isso mesmo era reconhecido pelo programa inicial do PSD). A crítica de Marx ao capital (mais que ao capitalismo) ajuda-nos a perceber, por exemplo, muitos dos mecanismos da “globalização”, das crises económicas e, em particular, da atual, bem como a subordinação do capital industrial ao capital financeiro. Mas, como ocorre com todos os grandes pensadores, a obra de Marx foi também influenciada pelo espírito da época, em particular pelo positivismo, e, sendo um homem que visava transformar o mundo (não apenas compreendê-lo) pela necessidade de encontrar metas mobilizadoras do novo agente histórico, o proletariado. A história teria um fim - o comunismo, o reino da liberdade – (Fukuiyama nada mais fez que antecipar esse fim para os nossos dias, atribuindo-o ao capitalismo triunfante) e esse fim constituiria, recuperando Kant, “a paz perpétua”.

Hoje sabemos que o progresso não é garantido, a democracia (mesmo que limitada e elitista) não está definitivamente conquistada (o nazi-fascismo é a comprovação brutal desta afirmação), que os próprios sistemas que do socialismo se reclamavam eram gigantes com pés de barro, eram frágeis por inexistência de socialização do poder político (ausência de democracia e de liberdades políticas) e económico (coletivismo estatal), que a “comunidade socialista” nunca foi uma verdadeira comunidade de países iguais, que o desenvolvimento tecnológico não conduz necessariamente ao desenvolvimento humano e à paz (a tecnologia não é neutra, depende, desde logo, das relações sociais de produção), que os processos revolucionários não implicam necessariamente sociedades mais justas ou mesmo sociedades em que a hegemonia das classes que passaram de dominadas a dominantes seja mais sólida (a comparação da Revolução francesa com o processo reformista inglês mostra que

a hegemonia burguesa é muito mais sólida em Inglaterra que em França). Acresce que o movimento comunista perdeu força, em particular depois da implosão da União Soviética (as voltas que o mundo deu...). E que os estados que se reclamam do socialismo real ou estão, como a China, num processo acelerado de conversão ao mercado e ao consumismo, pelo menos em zonas mais dinâmicas ou, como a Coreia do Norte, continuam pobres, estando, em qualquer caso, longe de serem modelos atrativos para quem se habituou a desfrutar, pelo menos, de direitos cívicos e políticos. Sendo duvidoso que se possa falar de socialização do poder económico nesses estados, certo é que a socialização nunca chegou a atingir o poder político.

8. Estas são algumas das questões (muitas outras há), que não podem ser ignoradas quando se faz o balanço do movimento social-democrata e que devem ser analisadas e discutidas. E, ao lado destas, outras ainda como a de saber quem seriam hoje os agentes da transformação: Os partidos políticos (apesar do seu profundo descrédito)? Os movimentos sociais (os indignados, os movimentos antiglobalização, etc.)? Os sindicatos, sendo certo que, como Gramsci intuía, não são uma força revolucionária? As redes sociais? A plebe? A multidão (António Negri)? Ou, como afirma(va)m os reformistas (socialistas e sociais-democratas), a transformação dar-se-á por si mesma (primado do movimento), independentemente de vanguardas?

A questão do papel do socialismo democrático na gestão do capitalismo não pode ser isolada de todas estas questões. Sem a sua discussão aberta e não dogmática, quem entenda que o capitalismo não é eterno, como não o é nenhum sistema económico, e que outra forma de organização social mais justa e humana é possível fica desarmado, à espera que o sistema se esgote sem vislumbrar como e o que poderá vir a substituí-lo e sabe-se como o medo do desconhecido funciona como reforço do sistema e paralisação de alternativas. Estas são questões em aberto.

A curto prazo, porém, no entretempo que vivemos, muitas questões mais comezinhas exigem resposta, em Portugal, na

União Europeia e no mundo: Qual o papel da economia e da ciência económica na sociedade? Qual o contributo do (mero) crescimento económico para o desenvolvimento humano? Pode conceber-se a economia e a transformação social independentemente da democracia e dos direitos fundamentais ou mesmo contra a democracia e os direitos fundamentais? Quais as origens e causas da dívida “soberana” (questão que exigiria entre nós uma auditoria cidadã) e da dívida privada (em Portugal, muito superior à dívida pública)? É a austeridade uma terapia racional nos planos económico, político e social ou é uma variante do pensamento religioso ou de um fundamentalismo moralista que visa a expiação dos pecados, dos próprios e dos alheios, tal como são definidos pelos novos sacerdotes dos templos financeiros e catedrais do consumo? Será a generalidade do povo (fustigada pela penitência mesmo quando viva abaixo das suas necessidades) que vive verdadeiramente acima das suas possibilidades e ou quem vive acima das suas possibilidades são aqueles que são redimidos dos seus pecados pelo poder político? Que fazer com o Estado Social, defendê-lo (mesmo sabendo que é uma forma ambígua e que pode reforçar o sistema capitalista) ou combatê-lo, defendendo o seu desmantelamento (em aparente conjunção de esforços com o movimento neoliberal e conservador) a fim de mais rapidamente acentuar a crise (e, quiçá) a mudança de sistema? Que atitude tomar para com União Europeia (hoje substituída pelo dueto da corda Merkl/ Sarkozy) e para com a União Económica e Monetária: apostar (no sentido pascaliano) na urgente reforma das suas instituições de modo a que os povos que as integram sintam como seu esses projetos? Abandonar (de forma preferencialmente controlada uma e /ou outra? ou não), regressando a uma soberania imaginária? E, noutro plano, que papel joga em tudo isto a Constituição da República Portuguesa: o de uma simples folha de papel rasgada pela crueza da *real politik* (Lassale), o de produzir efeitos semânticos, sustentados em mitos ou fórmulas mágicas, ou o de ser um verdadeiro compromisso político (o nosso “memorando de entendimento”) que deve pautar as relações entre cidadãos,

peçoas, atores económicos e sociais? Estamos condenados a viver eternamente com uma Constituição sob reserva do possível? Tantas interrogações e (ainda) tão poucas respostas.